



Políticas da Inimizade

Susan de Oliveira¹

Resumo

Resenha do mais recente livro de Achille Mbembe, *Politiques de l'inimitié*, publicado em 2016, pela editora La Découverte, Paris (184 pag.), a ser lançado em português pela editora Antígona, Lisboa.

Palavras-chave: Democracia liberal, violência, contemporaneidade.

Políticas de Enemistad

Resumen

Reseña del último libro de Achille Mbembe, *Politiques de l'inimitié*, publicado en 2016 por la editorial La Découverte, París (184 pp.), que se lanzará en portugués por la editorial Antígona, Lisboa.

Palavras clave: Democracia liberal, la violencia, la contemporaneidad.

Politics of the Enmity

Summary

A review for Achille Mbembe's latest book, *Politiques de l'inimitié*, released in 2016 by publishing company La Découverte, Paris (184 pages), to be announced in portuguese by publisher Antígona, Lisbon.

Key-words: Liberal democracy, violence, contemporaneity.

¹ Professora de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, desde 2009. Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, desde 2012. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Poéticas Musicais e Vocais, da UFSC. Possui graduação em Geografia (UFSC), mestrado e doutorado em Literatura (UFSC), especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (Instituto Camões, Portugal) e pós-doutorado em Literatura Comparada (Universidade de Coimbra, Portugal, 2015). Tem como áreas de interesse, intervenção e investigação: Literatura comparada, literatura portuguesa e literaturas africanas de língua portuguesa, filosofias e culturas africanas em geral, literatura e cultura negra, literatura e cultura de periferia, com ênfase no hip hop e no rap, especialmente o rap brasileiro, o rap angolano e o rap crioulo em Lisboa. Interesse correlato na área de direitos humanos e ativismo social nas periferias. E-mail: susandeoliveira7@gmail.com

Achille Mbembe, historiador, filósofo e politólogo camaronês, no seu último ensaio, “Politiques de l’inimitié” (2016), reelabora temas que lhe são caros e que estão intimamente ligados às suas obras anteriores assim como a sua manifesta conexão com pensadores que se articulam na sua escrita e no seu modo de pensar, como os martinicanos Frantz Fanon e Édouard Glissant.

Na Introdução, Achille Mbembe expõe tal modo de pensar ao apresentar o seu ensaio como um conjunto de textos não lineares que dão uma forma rugosa a um assunto igualmente rugoso. A metáfora geomorfológica evocada por ele não é casual, mas surge exatamente como uma primeira marca da influência de Édouard Glissant que utiliza essa mesma metáfora para fazer referência tanto a um modo de pensar movido pela geografia da Martinica e pela cultura crioula local, cuja principal característica é a plasticidade da paisagem formada pelo contato e a tensão entre elementos diversos que foram esculpidos e moldados pela ação do tempo e das relações, como a uma compreensão do caráter cumulativo dos eventos formadores do real.

O ensaio de Achille Mbembe atende às características da textualidade rugosa como terreno cujo desbravar árduo, descontínuo e imprevisível, coloca-se ao leitor que pode efetivamente escolher o itinerário e adequar o seu passo à superfície conforme a sua própria disposição. A rugosidade, no sentido apresentado por Glissant e tal como se mostra em Mbembe, remete-nos diretamente à irrupção da tensão interna dos elementos que constituem o real e do qual o texto é representativo. Desta forma, pode-se dizer que trata o ensaio de Achille Mbembe, da irrupção de toda uma cultura política da inimizade baseada na tensão de elementos acumulados desde a colonização e escondidos sob a paisagem da democracia liberal. Termos aparentemente antagônicos, democracia e inimizade, são de fato demonstrados como um paradoxo, ou seja, como opostos alinhados que se sustentam um ao outro.

Ele argumenta que a democracia europeia não foi possível sem a existência da violência colonial e que tal relação primária constitutiva foi sucessivamente dissimulada na modernidade até o momento da descolonização africana que, assim como a colonização, não poderia prescindir da violência porque a democracia liberal não suportaria a perda da sua essência nacionalista para o qual concorre a necessidade de enrijecimento das diferenças entre “nós e eles” e da expansão das fronteiras econômicas. Nacionalismo e imperialismo constituem, portanto, o cerne da democracia liberal fundada sobre o colonialismo e a escravidão. O quadro apresentado por Mbembe é de um mundo em decadência onde conceitos como humanismo e democracia não suportam mais a dissimulação da sua essência violenta e que se revela na contemporaneidade como seu limite, sobretudo pela forma como ocorreu a reação à descoloniza-

ção pela qual sobreveio todo o poder do arsenal colonial guardado sob o tapete dos ideais democráticos e todos os tipos de guerras convocadas à contra-insurreição.

Não apenas o fato da descolonização ter sido violenta, mas a necessidade de ter sido violenta desmente a dissimulação de que a democracia ideal corresponderia a um mundo igualitário e sem guerras. A violência colonial originária, considerada uma espécie de amargo remédio civilizacional do humanismo ocidental, foi condição *sine qua non* da existência das nações democráticas e seria retomada como antídoto para a descolonização e seus efeitos na reconfiguração do mundo e de suas fronteiras deflagrados no final do século XX, enfatizando o caráter restrito da democracia e do humanismo às nações colonizadoras e imperialistas. Mbembe demonstra nesse processo que a democracia usa a violência como antídoto contra o que alega e justifica ser uma ameaça, mas levanta, na verdade, uma violência contra aquilo que seriam seus propósitos humanistas e garantias de sua própria existência e envenena-se a si própria.

Para explicar a tese geral do ensaio, no primeiro capítulo, Achille Mbembe coloca-se na posição de contribuir, desde África, para uma crítica da contemporaneidade, sobretudo ao fenômeno da globalização capitalista e militarizada que promove o que ele chama de saída da democracia. Afirma sua posição como intelectual periférico a esse sistema e sua recusa a todo universalismo abstrato. Ele apresenta quatro características do nosso tempo que representam paradigmas em transformação: a primeira característica é o estreitamento do mundo e o repovoamento da Terra dentro da dinâmica colonial e escravista de conquista das Américas que experimenta no século XXI uma alteração passando tanto pela mobilidade populacional em escala mundial a qual incide sobre os ideários nacionalistas e identitários de pertença como também pela dinâmica de acumulação e produção do valor à margem do trabalho. A segunda característica é a invenção de um humanismo centrado no especismo que surge, juntamente com o repovoamento do mundo colonial deslocando populações autóctones, como um processo de hierarquização dos seres humanos e desqualificação da vida de outras espécies com fins de dominação. Esse processo redefine-se na contemporaneidade como necessidade de situar o humano no quadro de uma geografia geral e de uma ecologia geral bem como de passar de uma condição humana a uma condição terrestre. A terceira característica é a introdução generalizada de artefatos tecnológicos em todos os aspectos da vida social. A desessencialização do humano ocorre mediante a inevitável plasticidade e as manipulações biogenéticas que modelam a existência da humanidade. A quarta característica é o uso da inteligência artificial para promover a alteração voluntária da espécie humana e do ambiente coordenada com o aumento do poder de acumulação do capital através do uso da tecnologia de informação que

permite ao mercado funcionar agressivamente com um modelo de guerra dotado de um grande poder de destruição em tempo real.

No capítulo 2, Achille Mbembe discute a lógica da inimizade dentro das democracias liberais por força do acirramento identitário que simultaneamente enrijece laços comunitários atávicos e distingue e expulsa o que não lhe corresponde como sendo uma ameaça exterior à segurança da comunidade. A produção do outro como uma alteridade absoluta fantasmagórica e ameaçadora está em conformidade com um desejo de domínio que se materializa na proliferação de muros e técnicas de controle, subjugação e separação que lembram o *apartheid* tanto pelo caráter molecular da violência quanto pela monumentalidade da destruição, como ocorre, por exemplo, nos territórios ocupados da Palestina.

Ao prevalecerem políticas de extermínio que se amparam na disseminação dos diversos níveis de inimizade e desejos de aniquilação do outro face ao perigo que sua presença representa, torna-se mais consistente a ideia de que tal fato é absolutamente perturbador para o psiquismo contemporâneo sujeito à moralidade de massas e à construção e validação de uma lógica mítico-religiosa para forjar os processos de identidade e nacionalidade.

O capítulo 3 corresponde a uma inserção de um ensaio anterior de Achille Mbembe, intitulado “Necropolítica”, publicado primeiramente em 2006 e depois, em 2011, em uma edição que reúne também o ensaio “Sobre elgobierno privado indirecto”.² A entrada deste ensaio breve como parte deste ensaio maior é um dos gestos de continuidade e reiteração do seu pensamento dentro do caráter descontínuo do texto. O conceito de necropolítica é especialmente importante para Mbembe ao tratar da genealogia da violência no mundo capitalista a partir da realidade das condições de produção na plantação escravista e de sua anterioridade em relação aos campos modernos de exclusão, confinamento e extermínio. Com esse conceito, Mbembe interpela o conceito correlato de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault, sendo que, o que se entende como seu exercício, a biopolítica, é basicamente a formação de uma tecnologia de controle da vida, enquanto que a necropolítica põe ênfase sobre o controle da morte e as condições concretas em que tal direito foi exercido sob o racismo e a escravidão ou como tem sido aprimorado sob o Estado de Sítio e o Estado de Exceção. Em torno desse direito do Estado de decidir a quem pode matar, está a noção de soberania nacional e o recur-

² O ensaio “Necropolítica” foi publicado em 2006, na *Revista Raisons Politiques* e o ensaio “Sobre elgobierno privado indirecto”, publicado originalmente em 1999, na *Revista Politique Africaine*, depois foi editado como livro, “On private indirect government”, em 2000, e como o capítulo 2 do livro “On the Postcolony”, em 2001. Ambos os ensaios compõem a compilação “Necropolítica seguido de Sobre elgobierno privado indirecto”, de 2011, traduzidos ao espanhol por Elisabeth Falomir Archambault e publicado pela Editorial Melusina, Santa Cruz de Tenerife, Espanha. Outras traduções seguiram-se a estas.

so à guerra como um meio legítimo de afirma-la tanto quanto as relações de inimizade que são constituídas como fundamento de sua permissibilidade além da sua pretensa legalidade.

Essa premissa, de amplo espectro histórico na modernidade, chega aos dias atuais com uma peculiaridade, pois, a despeito do direito de matar detido pelo Estado moderno e sua legalidade em tempos de guerra e de exceção, o fenômeno da inimizade, do racismo, do terror e da defesa da necropolítica como modo regulador das relações sociais tem tomado proporções avassaladoras nas democracias. A criação da figura do inimigo baseada na intolerância, na lógica do terror e do combate ao terror serve para justificar a retomada dos pressupostos da guerra colonial contra as liberdades políticas, civis, raciais, culturais e religiosas dos povos e nações subalternizados antes da descolonização. Achille Mbembe observa que as guerras contemporâneas são uma espécie de continuidade da violência colonial acirrada pela descolonização em que pesam também todas as diferenças nos termos em que se dá a ocupação pós-moderna ao combinar biopolítica e necropolítica.

Para Mbembe, diante dessa nefasta articulação de fatores que mantêm a lógica da guerra generalizada, é inevitável convocar Frantz Fanon ao debate, sendo ele referido como aquele que pode efetivamente fornecer as bases analíticas da compreensão da violência colonial e descolonial como *pharmakon*, ou seja, aquilo que tomado como remédio, como antídoto, carregava em si o potencial veneno. Por esse motivo, além de todas as influências explícitas e implícitas de Fanon ao longo do ensaio, Mbembe dedica a ele o capítulo 4, ao que intitulou “La pharmacie de Fanon”.

Nesse capítulo, Mbembe sustenta que a democracia liberal como o capitalismo só existe a partir da servilidade, do racismo, do colonialismo e do imperialismo e esta é a lógica da inimizade que avança sobre as sociedades contemporâneas. No entanto, o que pesa sobre a sustentação das democracias atuais é menos a recriação literal dessa violência, digamos, inaugural, e mais a dinâmica corrosiva que ela estabelece dentro das comunidades dado que não mais se podem recompor as mesmas fronteiras coloniais entre o “nós e eles”, separar os amigos dos inimigos, por mais que se busque fazê-lo por meio de guerras ao terror e segregações étnicas, religiosas e raciais. Sendo assim, o grande perigo para as democracias e o nacionalismo é efetivamente o outro que surge no seu interior, e a reação a ele pelo fascismo e a guerra civil, a verdadeira grande ameaça.

O capítulo 5 é dedicado a traçar uma crítica da perspectiva do pensamento africano, incluída nele a diáspora. Mbembe a realiza a partir de um diálogo que segue incontornável com Fanon, o que significa não desviar e nem se isentar das contradições e impasses do pensamento africano e diaspórico levantadas por ele desde a descolonização. A categoria de Ne-

gro, desenvolvida no seu ensaio anterior, “Crítica da razão negra” (2014),³ que percorre um caminho desde a objetificação colonial e racista do Negro até se tornar uma condição humana não mais restrita à raça, mas que tende a agregar todos os segmentos explorados, segregados e matáveis do capitalismo global, é introduzida nessa reflexão. Cabe nessa crítica final a consideração sobre o que seria um novo humanismo a partir da história do pensamento africano, humanismo este em que a presença dialética do Negro no mundo moderno é primordial tanto como a base da estruturação racista do capitalismo que deve ser enfrentada quanto como o prenúncio de sua transformação.

³ MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.